

# **AVALIAÇÃO FORMATIVA NO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO: POSSIBILIDADES**

**Beatriz Soares Nogueira**

Universidade Estadual Paulista – Campus de Marília  
beasoares@superig.com.br

**Resumo:** Este trabalho apresenta um relato de experiência promovido pela Secretaria Municipal de Educação da cidade de Araçatuba, estado de São Paulo, cujo objetivo foi propor a toda a rede de escolas de Ensino Fundamental nível I do Sistema de Ensino do Município uma pedagogia diferenciada, fundada sobre uma política de democratização do ensino numa metodologia de trabalho centrada na criança, a partir do tema da Agenda 21 Escolar e que propõe uma grande mudança na perspectiva da profissão de professor, focando, a avaliação formativa centrada, principalmente, na possibilidade de mudanças sistêmicas no seu processo de trabalho e na organização da escola como um todo, através da I Conferência Infantil pelo Meio Ambiente da Secretaria Municipal de Educação de Araçatuba.

**Palavras-chave:** avaliação; avaliação formativa; conferência infantil.

## **INTRODUÇÃO**

A avaliação está presente em praticamente todos os momentos de vida do ser humano e, no espaço escolar, este processo não seria diferente, principalmente sendo este um espaço oficial, sistematizado e planejado para o ensino e a aprendizagem.

Considerando que, segundo Perrenoud (1999, p. 9), avaliar é, entre outras coisas, “privilegiar um modo de estar em aula e no mundo, valorizar formas e normas de excelência, definir um aluno modelo, aplicado e dócil para uns, imaginativo e autônomo para outros”, a concepção de avaliação que rege o trabalho do educador demonstra, invariavelmente, sua visão de mundo, seus objetivos profissionais, pedagógicos, políticos e pessoais. Deste modo, a avaliação, vista como um problema extremamente complexo, está sempre “no âmago das contradições do sistema educativo, constantemente na articulação da seleção e da formação, do reconhecimento e da negação das desigualdades” e, apesar da significativa mudança no discurso de muitos educadores, atualmente, a avaliação desenvolvida em grande número de instituições “estigmatiza a ignorância de alguns para melhor celebrar a excelência de outros.”

Devido à complexidade da estrutura de um sistema educacional, é certo que concepções inovadoras e profundas de escola, de educação e de avaliação não se transformam de um dia para outro: a inércia é muito forte - nas estruturas, nos textos e, principalmente, nas mentes.

Entretanto, mudar a lógica da avaliação é essencial, uma vez que, mais do que regular as aprendizagens, “a avaliação regula o trabalho, as atividades, as relação de autoridade e a cooperação em aula e, de certa forma, as relações entre a família e a escola ou entre profissionais da educação”: a mudança da perspectiva da avaliação implica considerar o tratamento das diferenças e das desigualdades existentes entre os educandos e, mais que isto, mudar a lógica

que envolve “questões mais cotidianas, de coexistência, de controle, de poder.” (PERRENOUD, 1999, p. 11)

Dessa forma, uma pedagogia centrada na individualização do conteúdo, do ritmo e das modalidades de aprendizagem em função de objetivos claramente definidos, é fundamental, acompanhada de uma avaliação utilizada como instrumento privilegiado de regulação contínua das intervenções e das situações didáticas.

Assim nasce, desenvolvida primeiramente por Scriven (1967 apud PERRENOUD, 1999, p. 14) em relação aos programas, a ideia de “avaliação formativa” na expectativa não mais de criar hierarquias, “mas delimitar as aquisições e os modos de raciocínio de cada aluno o suficiente para auxiliá-lo a progredir no sentido dos objetivos.”

Neste sentido, contribuir para as aprendizagens num processo de democratização do ensino, caminhando no sentido oposto à avaliação mais comum, atualmente, chamada normativa, a qual trabalha em função de um sistema aparentemente orgulhoso de limitar o acesso aos saberes, de preparar inicialmente uma elite, de selecionar drasticamente as pessoas, é o objetivo final da avaliação formativa.

Tal perspectiva de avaliação tem como princípio a crença de que não é possível se resignar com as desigualdades e dificuldades: todos são capazes de aprender. Entretanto, “nada impede que a realidade resista (Hutmacher, 1993), que o tempo passe, que o milagre não aconteça. Acontecem fracassos que obrigam a fazer o balanço das aquisições; então não é mais possível remediar, deve-se tomar decisões de seleção ou de orientação”. Dessa forma, “não existe, a prazo, incompatibilidade de princípio entre avaliação formativa e seleção”, contudo “a avaliação formativa prioriza o domínio dos conhecimentos e das competências, considerando que a seleção é, na melhor das hipóteses, um mal necessário, jamais um fim em si ou uma vantagem” (PERRENOUD, 1999, p. 155)

Este tipo de avaliação propõe, entre outras, a utilização da prática humana universal de conduzir a ação pelo olhar, em função de seus resultados provisórios e dos obstáculos encontrados, a fim de corrigir em curso os defeitos encontrados, deslocando essa regulação ao nível das aprendizagens e individualizando-as.

*Nenhum médico se preocupa em classificar seus pacientes, do menos doente ao mais gravemente atingido. Nem mesmo pensa em lhes administrar um tratamento coletivo. Esforça-se para determinar, para cada um deles, um diagnóstico individualizado, estabelecendo uma ação terapêutica sob medida. Mutatis mutandis, a avaliação formativa deveria ter a mesma função em uma pedagogia diferenciada. Com essa finalidade, as provas escolares tradicionais se revelam de pouca utilidade, porque são essencialmente concebidas em vista mais do desconto do que da análise dos erros, mais para a classificação dos alunos do que para a identificação do nível de domínio de cada um. (PERRENOUD, 1999, p. 15)*

Considerando que notas ou apreciações (para acompanhamento dos pais e da administração escolar), são objetos necessários no processo educacional, a avaliação formativa deve criar

instrumentos próprios “que vão do teste criterioso, descrevendo de modo analítico um nível de aquisição ou de domínio, à observação in loco dos métodos de trabalho, dos procedimentos, dos processos intelectuais no aluno” (PERRENOUD, 1999, p. 15) estabelecendo, enfim, uma dinâmica na qual o aluno é ajudado a aprender e o professor, a ensinar.

Isto posto, fica claro que a avaliação formativa exige uma pedagogia diferenciada, visto que é inútil diagnosticar algo se tal não vier seguido de uma ação apropriada, de uma intervenção diferenciada a partir de meios de ensino alternativos, organização diversa dos horários, organização do grupo-aula e, inclusive, transformações radicais das estruturas escolares.

Não sendo, a avaliação, um fim em si, mas uma engrenagem no funcionamento didático e, mais globalmente, na seleção e na orientação escolares, ela serve para controlar o trabalho dos alunos e, simultaneamente, gerir os fluxos. Dessa forma, é imprescindível mudanças na escola, tal como hoje é estabelecida, para a implantação da avaliação formativa.

*A relação entre avaliação formativa e diferenciação do ensino não é a única a ser considerada. Para não se engajar inocentemente na transformação das práticas de avaliação, sem suspeitar do que a torna possível ou a limita, uma abordagem sistêmica é indispensável. Os funcionamentos didáticos e as organizações escolares são demasiadamente complexos para que qualquer esquema possa deles dar conta. (PERRENOUD, 1999, p. 146)*

Tais mudanças estruturais passam pelo sentido de grupo e pela necessidade da mudança de postura e de trabalho da equipe escolar como um todo, uma vez que quebra paradigmas, exigindo profunda alteração na concepção de equidade e de igualdade.

Se o respeito ao processo individual de aprendizagem será o carro chefe do trabalho pedagógico, a sala de aula passará a ser “como um ateliê onde cada um se aplica em suas ocupações, com alguém que intervém em caso de necessidade, como uma orquestra, tocando em uníssono sob a batuta de um chefe onipresente”. (PERRENOUD, 1999, p. 152)

Neste sentido, a equipe escolar precisa estar preparada para tolerar a desordem e a diferença, desenvolvendo capacidades de auto-regulação e de auto-avaliação de uns e de outros, propondo, segundo Perrenoud (1999), alterar sistemicamente diversos pontos como:

1. O diálogo com a família, estabelecendo relações de confiança;
2. O planejamento e a prática do professor a partir da constatação das dificuldades e necessidades individuais dos alunos;
3. Os instrumentos didáticos, criando ou adaptando modelos novos que ajudem o aluno a identificar como aprende e criar processos de superação dos erros e afirmação da aprendizagem;
4. As regras do jogo dentro da sala de aula, transformando-as de modo a abolir o clima de competição (aluno x aluno, aluno x professor) e estabelecer confiança recíproca e uma cultura comum que tornam a transparência possível;
5. A organização escolar como um todo, instituindo uma mudança profunda no conjunto dos profissionais da educação, não só de uma sala de aula, uma vez que é imprescindível que o

aluno vivencie a continuidade deste tipo de processo pedagógico e avaliativo por todo o curso;

6. Os programas, reescrevendo-os institucionalmente em termos de objetivos e conteúdos, a fim de manter o que é essencial e necessário aos alunos no sentido de possibilitar mais tempo para investimento no êxito da grande maioria, incluindo o trabalho pessoal de cada professor (conforme as necessidades de sua turma) na elaboração e na apropriação do currículo;

7. O sistema de seleção e de orientação dos alunos, transformando-os globalmente, uma vez que, como posto anteriormente, a vocação da avaliação formativa é contribuir para as aprendizagens, não se satisfazer com a seleção e a reprovação.

### **Primeiros Passos: Perspectivas de mudança num Sistema Municipal de Ensino**

A Secretaria Municipal de Educação da cidade de Araçatuba (SMEA) atende os níveis da Educação Infantil ao Ensino Fundamental nível I e tem como essência de sua proposta pedagógica, muito além dos objetivos educacionais oficiais, a promoção de uma Cidade Educadora<sup>1</sup>, fim último do Governo do qual a SMEA é parte integrante.

Uma Cidade Educadora deve ser formada por “protagonistas” e, neste sentido, é mister que se forme, no dizer de Pistrak (2008, p. 24) “um militante social ativo”, e, considerando os papéis educacionais, diz respeito tanto ao educador quanto ao educando.

Esta construção de protagonistas se dá, entre outras ações, através da formação contínua na escola<sup>2</sup> do profissional e cuja efetivação se baseia, entre outros, na elaboração coletiva do projeto pedagógico da escola na qual os sujeitos estão inseridos; construção esta, capaz de reduzir, simultaneamente, o fosso profundo que separa “a teoria e a prática” e o individualismo crônico ao qual a profissão professor está ligada.

Entretanto, para que o Sistema Municipal de Ensino (SME) do município não se transforme em um quebra cabeça disforme no qual cada equipe define seus princípios, objetivos e linhas pedagógicas independentemente das outras unidades escolares que as rodeiam, a SMEA elaborou, em colaboração com todos os profissionais do Sistema, sua Proposta Político-Pedagógica Institucional (ARAÇATUBA, 2009).

*Este projeto institucional da Secretaria Municipal de Educação de Araçatuba pretende ser um fio condutor tão objetivo quanto possível para que o próprio órgão e as escolas do município, sob sua responsabilidade, possam buscar a própria identidade e autonomia por meio da construção do seu projeto político-pedagógico. (ARAÇATUBA, 2009, p. 8)*

Consciente de que não se pode aplicar “as mesmas regras a todas as condições escolares: seria um comportamento contrário à própria essência da nossa escola” e de que é essencial que

---

<sup>1</sup> Uma cidade pode ser considerada como uma “**Cidade Educadora**”, quando, além de suas funções tradicionais – econômica, social, política e de prestação de serviços – ela exerce uma *nova função* cujo objetivo é a formação para e pela cidadania. Para uma cidade ser considerada educadora ela precisa promover e desenvolver o *protagonismo* de todos – crianças, jovens, adultos, idosos – na busca de um novo direito, o direito à cidade educadora. Na Cidade Educadora todos os seus habitantes usufruem das mesmas oportunidades de formação, desenvolvimento pessoal e de entretenimento que a cidade oferece.

<sup>2</sup> Cf. NOGUEIRA, Beatriz S. Formação Contínua na Escola: a voz dos Professores, Dissertação de Mestrado: 2006.

o professor se aproprie dos valores propostos, tal proposta pedagógica procura desenvolver no professor “a aptidão para a criatividade pedagógica”, capacidade criadora que os livrará dos “preconceitos nocivos”: caso contrário, “será impossível criar a nova escola.” (PISTRAK, 2008, pp. 25 e 26), além de que “mais do que nunca, os setores educacionais são chamados a repensar seu papel no mundo globalizado”. (ARAÇATUBA, 2009, p. 7)

Diante disto, acentua-se cada vez mais a cobrança social sobre os resultados alcançados pela escola, numa exigência de que ela busque novas soluções para uma instituição em crise e que perdeu seus referenciais.

*Reformas educacionais estão sendo implantadas no mundo todo para adequar o sistema de ensino às mudanças na sociedade. Para isso faz-se necessário superar posturas conservadoras de organização, adotando novas formas alternativas e criativas, de modo que, aos objetivos sociais e políticos da instituição escolar, correspondam estratégias compatíveis de organização e gestão. (ARAÇATUBA, 2009, p. 8)*

Neste sentido, possibilitar o desenvolvimento do conhecimento, das habilidades e competências necessárias para sua formação num processo de construção da participação em relações sociais diversificadas, complexas e democráticas, de desenvolvimento do pensamento e posicionamento crítico, da aquisição de valores (culturais, étnicos, estéticos) e da consciência das responsabilidades individuais e coletivas (pessoal e social), “propiciando ao sujeito perceber-se e atuar enquanto agente transformador da sociedade em que vive com vistas a contribuir para a sustentabilidade do planeta nas suas micro e macro dimensões”, é a grande responsabilidade da Escola e, conseqüente e colaborativamente, do Sistema de Ensino do qual ela faz parte.

*Essa Escola deve ter em conta a formação de um homem que se considere como um membro da coletividade, ultrapassando os limites do pensamento individualista tão característico da sociedade moderna. Tais propósitos somente poderão ser viabilizados com a garantia de que, desde o início do processo escolar, a criança tenha acesso aos meios para desenvolver aptidões que a leve a querer se tornar esse cidadão pleno, a partir da conquista de sua autonomia. Em termos mais concretos, é preciso que a nova geração compreenda a natureza da nova realidade pretendida pela humanidade, qual o espaço ocupado por todos os segmentos da sociedade, qual o espaço que deverá ser ocupado por cada indivíduo hoje e no futuro e, por fim, que domine os procedimentos necessários para ocupar esse espaço que lhe é de direito. (ARAÇATUBA, 2009, p. 10)*

Dessa forma, conscientes de que “para mudar as práticas no sentido de uma avaliação mais formativa, menos seletiva, talvez se deva mudar a escola, pois a avaliação está no centro do sistema didático e do sistema de ensino” (PERRENOUD, 1999, p. 145) e com o objetivo de diminuir a “distância entre os ideais declarados e a realidade dos sistemas educativos” e desenvolver em todas as escolas o sentido da possibilidade de concretização do trabalho de grupo, direcionando as propostas político-pedagógicas escolares a uma “visão mais igualitarista da escola e ao princípio da educabilidade”, numa tentativa de propor “uma pedagogia diferenciada, fundada sobre uma política perseverante de democratização do ensino” (PERRENOUD, 1999,

pp. 15 e 17), a SMEA propôs à rede das escolas, a realização da I Conferência Infantil pelo Meio Ambiente da Secretaria Municipal de Educação de Araçatuba, uma metodologia de trabalho centrada na criança, a partir do tema da Agenda 21 Escolar e que propõe uma grande mudança na perspectiva da profissão de professor.

## **A Conferência**

Objetivando apresentar aos profissionais do SME a proposta de uma pedagogia diferenciada, no intuito de promover uma análise crítica dos currículos e dos planos de estudo, numa perspectiva de aproximar os saberes selecionados pelo professor à experiência e às aquisições anteriores dos alunos aos quais são dirigidos, num processo de deixá-los mais próximos da vida e, simultaneamente, oferecer possibilidade de padrões de avaliação formativa aos professores, a I Conferência Infantil pelo Meio Ambiente da Secretaria Municipal de Educação de Araçatuba<sup>3</sup> foi elaborada em conjunto com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade e com o profissional da Filosofia ligado ao Gabinete do Prefeito.

Para apresentação da Conferência à comunidade educacional, foi elaborada a seguinte carta – encaminhada a todas as escolas municipais e aos órgãos de imprensa – a qual, para correta compreensão dos objetivos, é imprescindível, apesar da extensão, transcrever na íntegra.

*Temos acompanhado e observado atentamente os fenômenos causados pelas mudanças climáticas. Viver em cidades tem sido cada vez mais difícil. Porém, mesmo com todos estes fatores, desde a metade do século passado, grande parte das famílias que viviam no campo tem migrado para as cidades, provocando seu rápido crescimento e seu inevitável desenvolvimento desordenado.*

*Estes problemas, que não são somente nossos e, sim, de nossas crianças e em especial das futuras gerações, precisa ser enfrentado agora. Portanto, melhorar as condições do planeta e a qualidade de nossas vidas depende de uma decisão que antecede qualquer outra: cuidar melhor de si, das pessoas, das coisas e dos lugares, principalmente se a decisão se aplicar na esfera pública. Este nível desejado de mudança requer um pacto de toda sociedade, pois tem a ver com os costumes cada vez mais reduzidos a individualidades.*

*É neste contexto que tomamos a iniciativa de realizar a I Conferência Infantil pelo Meio Ambiente da Secretaria Municipal de Educação de Araçatuba. Pois temos claro que somente pelas vias do conhecimento é possível confrontar estes fatores. Há muitas formas que possibilitam conhecer as coisas. Porém, acreditamos que o caminho seguro que mais nos aproxima da realidade das coisas é o diálogo. Desta forma podemos juntos tecer a teia, formar redes de participação. Assim, também será possível ampliar a dimensão espacial e territorial de todos, sejam governantes ou governados. Como consequência, além de provocar o desenvolvimento sustentável da cidade (equilibrar a economia e o meio ambiente com justiça social), esperamos provocar a restauração da confiança entre os cidadãos nos bairros e a diminuição da violência em sua decorrência.*

*Como educadores, nosso maior desafio é encantar as crianças com uma boa conversa. E fazer desse ato uma prática comum, cotidiana, que consiste em ler e interpretar o mundo a partir do entorno de cada um para produzir soluções conjuntas (e por isso justas) no exercício permanente do*

---

3 Foi desenvolvida em todas as escolas de Ensino Fundamental I do município e em algumas de Educação Infantil.

*diálogo. Quem sabe assim nós conseguimos também inspirar nossas crianças a escolher futuras profissões que tenham a ver com o cuidado permanente com a cidade e não só com os interesses provisórios do mercado.*

*Com estas expectativas, a conferência fará algo inédito em nossa rede municipal de ensino, que é consultar as próprias crianças, com suas percepções sem vícios, sobre as formas para cuidar melhor daquilo que envolve a todos: o meio ambiente. Para isto, dividimos as discussões em três eixos, sendo: 1) cuidados na escola; 2) cuidados no bairro e; 3) uma vida melhor para todos. Com estas diretrizes, esperamos que, pelo diálogo com seus professores na escola e com seus pais e vizinhos no bairro, as crianças reflitam e tragam sugestões, à sua maneira, à conferência.*

*Esta iniciativa também é parte do esforço do governo que estabeleceu um plano de participação cidadã, visando incluir todos em sua gestão e considera prioritário o protagonismo infantil. Isto implica em dizer que as percepções e as propostas apresentadas pelas crianças na conferência auxiliarão as mudanças de rumo do governo, muitas vezes necessárias, para promover justiça e aprofundar a democracia participativa. Ao lado desta perspectiva, as crianças serão colocadas no mesmo plano de seus educadores, se consideradas como sujeitos de sua própria história, ou seja, indivíduos em desenvolvimento de competência para participação cidadã. Estamos certos de que são estes os alicerces necessários para tornar realidade nossa tão sonhada cidade educadora. (Beatriz Soares Nogueira/ Secretária Municipal de Educação, 2010)*

Consultados, os profissionais do SME sugeriram, a partir da formação que já vinham recebendo no que diz respeito à Agenda 21 Escolar, temas a serem trabalhados e, após sistematização dos dados, foram definidos, como postos anteriormente, três eixos principais que desenvolveriam, cada um, estudos específicos: 1. Os cuidados na nossa escola (Cultivo de plantas, flores, árvores frutíferas e hortas; plantio e cuidado de árvores e do verde; lixo; acessibilidade e sinalização; respeito ao patrimônio público; água – economia, uso consciente, Aquífero Guarani; energia; reciclagem; agenda 21); 2. Os cuidados no nosso bairro (Cuidado com os animais; cultivo de plantas, flores, árvores frutíferas e hortas; necessidades atuais de melhoria do meio ambiente no bairro; plantio e cuidado de árvores e do verde; lixo; acessibilidade e sinalização; respeito ao patrimônio público; revitalização dos espaços existentes (praças, calçadas, parques etc.); áreas de lazer; água – economia, uso consciente, Aquífero Guarani; energia; reciclagem); e 3. Uma vida melhor para todos<sup>4</sup> (Compromisso da comunidade com a escola; escola como ponto de apoio para a comunidade; poluição sonora e visual; queimadas; água – economia, uso consciente, Aquífero Guarani; sustentabilidade).

A equipe escolar, durante os estudos coletivos (Hora de Trabalho Pedagógica Coletiva, momentos de planejamento etc.) decidiu qual turma trabalharia com qual eixo, baseando-se na manifestação dos alunos, no nível de entendimento, entre outros. Neste momento, cada criança recebeu um questionário para ser levado para casa e respondido junto com a família sobre o tema selecionado.

A partir das respostas colhidas pelos alunos, iniciou-se o processo de discussão dentro de cada sala de aula acerca do que poderia ser melhorado na escola, no bairro e na vida das pessoas da comunidade.

---

<sup>4</sup> Este nome foi escolhido em função do apropriado entendimento das crianças, entretanto o tema a ser tratado, como especificam os subtemas, é o Cuidado com o Ser Humano, a qualidade de vida das pessoas.

As crianças envolveram-se em debates em sala, fizeram visitas a lugares que guardassem informações (biblioteca municipal, Prefeitura, aterro sanitário, Departamento de Água e Esgoto, prédio escolar, seu entorno, o bairro no qual a escola está inserida, entre outros) e pesquisaram pessoas, textos, internet, filmes, músicas etc. que agregassem informações à discussão.

Durante o processo, cada turma fez estudos e levantamento de problemas em relação à questão analisada, sistematizou propostas de ações, projetos e programas a curto, médio e longo prazo que poderiam ajudar na melhoria do tema discutido e expôs pela escola suas propostas.

Em data definida pela equipe, cada escola realizou uma Pré-Conferência, momento no qual primeiramente, em plenária, foi lido e aprovado o Acordo de Participação (frequentemente tratado por regimento). Em seguida, os alunos se dividiram nos eixos nos quais as turmas que discutiram o mesmo assunto se encontraram, apresentaram e fundamentaram suas propostas, definiram a ordem de prioridade para apresentação destas à Plenária e elaboraram uma bandeira que considerassem adequada para ser a bandeira da Conferência.

Em Assembleia, a escola selecionou, por eixo, entre as apresentadas, quinze propostas de melhoria e elegeu seus delegados e sua bandeira para serem encaminhados – propostas, bandeira e delegados, ao nível seguinte da Conferência – Nível APP<sup>5</sup>.

Dia 23 de setembro de 2010 os delegados de todas as escolas se reuniram nas escolas ponto-de-apoio de sua respectiva Área de Planejamento Participativo para discutirem as propostas apresentadas.

Após leitura, análise e aprovação do Acordo de Participação, os delegados dividiram-se nos eixos e apresentaram para os demais colegas, além das propostas, um número artístico relacionado ao tema discutido.

Depois de leitura do texto-base de discussão e das propostas de todas as escolas, os integrantes do eixo elegeram um destaque artístico; três delegados, sendo um deles o relator do grupo; e quinze propostas definidas dentre as prioridades para serem encaminhados à I Conferência Infantil pelo Meio Ambiente da Secretaria Municipal de Educação de Araçatuba.

Em Assembleia, cada escola apresentou sua bandeira e cada eixo apresentou suas propostas e delegados, os quais foram analisados, votados e/ou corroborados pela plenária.

Cerca de 330 crianças (entre delegados e artistas) e 80 adultos (entre profissionais da Educação, familiares das crianças, Secretários Municipais, Prefeito, políticos e comunidade em geral) participaram da I Conferência Infantil pelo Meio Ambiente da Secretaria Municipal de Educação de Araçatuba<sup>6</sup>. Neste momento, o Acordo de Participação foi lido, analisado e aprovado, a bandeira representativa da Conferência foi escolhida, os números artísticos, apresentados e, nos eixos, aprofundou-se o debate, apenas pelos delegados, das propostas trazidas das APPs.

---

5 O Governo Municipal dividiu o território da cidade em Áreas de Planejamento Participativo (APPs), estabelecidas a partir de um conjunto de critérios os quais consideraram características físicas, sociais e econômicas que assemelhavam determinados bairros vizinhos. No intuito de levar o Governo mais próximo das pessoas, cada APP tem, como ponto de apoio para a comunidade, uma escola municipal, a qual é referência da população e do Governo nos diversos projetos desenvolvidos. O plano de fundo desta proposta encontra-se em SOUZA, M.L.; RODRIGUES, G.B. Planejamento urbano e ativismos sociais. São Paulo: UNESP, 2004.

6 Apenas os delegados tinham direito a voto.

Nos eixos, os debates foram intensos; as discussões, profundas; a defesa das propostas, apaixonada; e de todo este trabalho, foi retirado propostas que, após deliberação da plenária, foram registradas em ata e passaram a fazer parte de um documento apresentado à população e entregue ao Prefeito no dia 02 de dezembro de 2010, aniversário da cidade – um presente das e para as crianças – cidadãos preocupados e comprometidos com o lugar em que vivem.

## **Resultados parciais**

É certo que cada equipe escolar encarou o desafio com predisposições diferentes conforme a identidade da equipe e que, ainda, não houve possibilidade, devido ao iminente encerramento do ano letivo após a organização final do documento, de uma avaliação sistematizada do processo e das eventuais e possíveis mudanças por ele provocadas no trabalho do professor e/ou da equipe escolar. Entretanto, depoimentos dados em entrevistas dão indicativos para algumas inferências iniciais.

### **Diálogo e produção de conhecimento...**

*A falta de diálogo cidadão está entre as barreiras que distanciam o desenvolvimento estrutural das cidades e as novas mentalidades, o que não garante um lugar seguro para viver a esta geração e muito menos às futuras. Neste cenário, a Conferência Infantil foi um apoio substancial aos educadores que buscam meios efetivos para despertar a consciência crítica nas crianças, na perspectiva de instaurar nelas a importância do reconhecimento territorial e da identidade local para efetivação do desenvolvimento sustentável. Nisto consiste o real aprofundamento da cidadania. Dito de modo formal, este esforço relaciona as sensações e percepções do sujeito à produção do conhecimento, numa prática permanente de mistura do corpo com as palavras, no melhor momento da formação básica do cidadão: a infância. (Nilton Cesar dos Santos – Filósofo e, atualmente, assessor político do Gabinete do Prefeito)*

*A importância deste momento, é que ele se instaurou como um instrumento permanente de diálogo. Das crianças entre si. Das crianças com seus educadores. Das crianças com suas famílias. Das crianças com o Poder Executivo local. E, ao mesmo tempo, houve um diálogo das famílias com o Poder Público. Através das crianças, consultamos as famílias, a população. (Jorge Hector Rozas, Especialista em Agenda 21 e Secretário Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade)*

### **Confiança na competência das crianças...**

*Foi fundamentada numa verdadeira pedagogia da democracia, que a Conferência confiou no protagonismo infantil o que por certo valorizou sobremaneira cada ação. (Alex Lapenta - Secretário Municipal de Participação Cidadã)*

*Foi importante que as crianças tiveram a perspectiva e fizeram o trabalho. Além disso, o grande diferencial de Conferência foi o Foco no Infantil. Já conheci e participei de conferências infanto-juvenis. Nunca de uma apenas infantil. Numa conferência infanto-juvenil sabemos que 70% são discutidos pela juventude e o espaço para a voz das crianças é muito pequeno. Nesta Conferência, as crianças tiveram a palavra, tiveram espaço para falar e foram realmente ouvidas, tanto pelos educadores quanto pela*

*Administração Municipal. Até o Prefeito esteve presente e as ouviu. (Jorge Hector Rozas - Especialista em Agenda 21 e Secretário Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade)*

## Aprendizagem...

*Todas as impressões que as crianças colheram em momentos de estudo de campo ou exposição de situações problemáticas foram resgatadas em conversas informais e debates na sala de aula e o resultado desta análise, enriquecido com pesquisas mais aprofundadas, referenciou a elaboração de propostas de solução sobre a questão do meio ambiente. Todo esse processo refletiu em melhoria de qualidade da educação pública em nosso município, uma vez que confirma as intenções pedagógicas de estímulo ao desenvolvimento da autonomia, da capacidade de análise crítica e da formação de atitudes e valores, tais como ética e participação cidadã. (Maria Lúcia Terra - Supervisora de Ensino do SME e Diretora do Departamento de Supervisão)*

*Foi interessante observar pelo relato de coordenadoras pedagógicas das escolas que todo o processo ocasionou um amadurecimento do coletivo enquanto força decisória. Segundo elas, apesar dos embates, imprescindíveis, diga-se, os alunos souberam respeitar as decisões do conjunto, entendendo ser este um elemento essencial nos processos de decisão coletivos. (Ana Cláudia Celice Vasconcellos - Professora do SME e Diretora do Departamento de Educação)*

*A abordagem ampla e diversificada de temas como poluição, reciclagem, aquecimento global e arborização urbana, dentre outros, permitiu aos participantes – especialmente aos alunos, desenvolverem a capacidade de observação, reflexão, análise e avaliação das condições do ambiente em que vivem, de forma a construir uma visão mais abrangente sobre preservação e sustentabilidade. (Maria Lúcia Terra - Supervisora de Ensino do SMEA e Diretora do Departamento de Supervisão)*

## Protagonismo infantil...

*A culminância da conferência se deu no encontro final, quando os delegados, representantes de cada uma das APPs, puderam convergir suas propostas, no intuito da elaboração de um documento único a ser entregue ao poder executivo. Foi um momento ímpar, acompanhado por mim, por orientadores pedagógicos e supervisores de ensino, quando os delegados dividiram-se nos três eixos e expuseram seus argumentos na defesa de suas propostas. Discutiram, debateram e finalmente entraram em um acordo comum. Ainda que algumas propostas estavam diretamente ligadas a uma ou outra região da cidade, todos, independente do local em que estudavam ou residiam, puderam ponderar em favor das prioridades e maiores necessidades. O protagonismo infantil foi surpreendente. O grau de autonomia adquirido pelos alunos certamente acompanhará os estudantes ao longo de suas trajetórias escolares. (Ana Cláudia Celice Vasconcellos - Professora do SME e Diretora do Departamento de Educação)*

*Pude notar o envolvimento de TODOS nas tarefas que foram desenvolvidas. Ao lado do envolvimento, a criatividade e o desejo de participação vieram coroar as atividades desenvolvidas. As crianças, isto eu considero importante, estavam FELIZES, pois estavam sendo ouvidas. Os temas abordados, pertinentes à Agenda 21, foram objetos de reflexão e expressados de forma inteligente. Sem contar que vários “talentos” emergiram nas apresentações artísticas: criando condições, aparecem os destaques*

*populares. (Marcos Francisco Alves - Professor do Sistema Estadual de Ensino e Diretor do Departamento de Formação Complementar)*

*Houve surpresas. Digna de destaque foi a votação para desempate entre duas demandas apontadas para o eixo “cuidado com o bairro” no bairro rural Água Limpa (EMEB Fernando Gomes) onde disputavam: a construção de um parquinho e melhoria nas vias que ligavam as fazendas à escola. A vitória foi da melhoria nas vias. (Alex Lapenta – Secretário Municipal de Participação Cidadã)*

Perrenoud já afirmava (1999, p. 154) que “nenhuma reescrita institucional dos programas em termos de objetivos dispensará os professores de um trabalho pessoal de elaboração e de apropriação do currículo”, dessa forma, a apropriação, não só por parte dos professores, mas de todos os profissionais da Educação, dos objetivos da Conferência, dos conteúdos (discutidos pela rede de profissionais, mas sistematizados para todos) e da metodologia de trabalho de todo o processo realizado (processo este caracterizado pelo caminhar de toda a Conferência) aplicada, foi essencial para o sucesso do trabalho dos alunos.

A participação e o envolvimento dos alunos foi tal que não houve classificação de “sucesso” ou “fracasso” individual. Todos colaboraram com o processo e com o êxito da Conferência, cujo objetivo final era desenvolver o olhar de cuidado e compromisso com as pessoas e com o lugar onde vivemos, não a instituição de “normas de excelência”, uma vez que a norma de excelência, neste caso, foi instituída, não idealmente, mas tal como construída dia após dia, dentro do processo, em construção, da Conferência.

Neste sentido, ficou evidente ter sido este o início de um processo, senão de mudanças, ao menos de início de reflexão, formação, evolução conceitual e observação da prática. Processo este, que certamente será lento, mas contínuo e que não se encerrou no dia da Conferência.

*Também para os professores, tal evento configurou-se como uma oportunidade de formação continuada em serviço, uma vez que os estimulou a pesquisarem de forma mais aprofundada sobre as questões levantadas pelos alunos, tanto quanto a exercitarem a criatividade para a elaboração de estratégias interessantes e diversificadas para o tratamento dos temas abordados. Dessa forma, os professores puderam experimentar possibilidades prazerosas, contextualizadas e significativas de fazer educação e de favorecer a construção de conhecimento por seus alunos e por eles próprios. É a teoria se traduzindo em prática e as intenções da Agenda 21 se configurando em ações concretas. (Maria Lúcia Terra - Supervisora de Ensino do SME e Diretora do Departamento de Supervisão)*

*No que se refere ao trabalho docente, conforme relato das coordenadoras pedagógicas, foi possível depreender a mudança na organização das situações didáticas, visto que não caberia, no desenvolvimento das dinâmicas da conferência, práticas desalinhadas do contexto, onde o professor é o principal agente no processo de aprendizagem e os alunos apenas participantes passivos. Em algumas escolas essa mudança foi mais evidente. A proposta da conferência trouxe uma possibilidade inovadora de trabalho, um jeito diferente de trazer para o contexto escolar problemas reais, vivenciados pelos alunos. E quando trazidos para dentro dos muros escolares, esses problemas foram debatidos de uma forma bastante democrática. Os alunos tinham voz e o que mais os motivava era a certeza de que estas*

*propostas, de fato, chegariam até o prefeito. Certas escolas, que carregavam como marca da sua cultura práticas mais conservadoras, consequentemente menos participativas, foram convidadas a rever seus conceitos e trabalhar internamente a mudança de paradigmas. A própria gestão da escola sofreu alterações. (Ana Cláudia Celice Vasconcellos - Professora do SME e Diretora do Departamento de Educação)*

### Sementes de cidadãos socialmente ativos...

*Para nós, como gestores, ficou a certeza de que estamos no caminho certo, quando possibilitamos reflexões transversais, com temas essenciais e que induzam a participação. Uma cidade se tornará educadora quando conseguirmos introduzir momentos de reflexões teóricas na sociedade, permitindo que práticas seculares sejam alteradas. Para isso, contribuiu o viés científico que passou pelas análises e reflexões. (Marcos Francisco Alves - Professor do Sistema Estadual de Ensino e Diretor do Departamento de Formação Complementar)*

*Houve um efetivo envolvimento no levantamento dos problemas e um significativo movimento, a partir dos alunos, no “pensar” nas propostas e soluções. (Ana Cláudia Celice Vasconcellos - Professora do SME e Diretora do Departamento de Educação)*

*Além da importância pedagógica, foi um momento ímpar de construção de um processo de sensibilização e de consulta à população, de diagnóstico das questões da cidade. Um momento ímpar de construção do processo participativo. (Jorge Hector Rozas - Especialista em Agenda 21 e Secretário Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade)*

## CONCLUSÃO

A organização interna de uma única unidade escolar já é um sistema extremamente complexo, neste sentido, sabemos ser inadequado a imposição de um tipo de pedagogia para todo um sistema de ensino. O mais importante é oferecer, além da formação contínua aos profissionais de modo que, refletindo sobre a teoria apreendida, possam criar sobre as possibilidades de práticas efetivas que o conhecimento adquirido se lhes ofereceu, meios de experienciar o diferente.

Tanto a experimentação quanto a formação contínua oferecidas devem ter a característica de apresentar aos profissionais da educação possibilidade de visualizar mudanças sistêmicas no seu processo de trabalho e na organização da escola, de modo que a complexidade que envolve o processo educativo, a profissão professor e a organização escolar seja compreendida e lenta, entretanto consistentemente, as práticas sejam retomadas de quando em quando para que mudanças graduais, mas efetivas, aconteçam.

É indiscutível a necessidade de mudança no caráter da avaliação numa perspectiva mais formativa, menos exclusiva, classificatória, hierarquizada, meritocrática e esta experiência foi o início de um processo de efetivação de políticas (mais do que Educativas, Governamentais, de caráter interssecretarial, de abrangência municipal) como estratégia de ação pedagógica que vai além das responsabilidades individuais do sistema oficial de ensino com o processo educativo: uma tentativa inicial de também estabelecer mudanças sistêmicas na organização política de

uma Prefeitura, uma vez que, como afirmou Tedesco (1998), a escola precisa estabelecer um “Novo Pacto Educativo” com toda a sociedade para que o processo educacional das crianças se efetive em seu sentido integral, chamando, para todo o corpo político de um Governo, a responsabilidade de assumir sua parte.

Por fim, o depoimento informal de professores e diretores de escola (os quais serão sistematicamente pesquisados e registrados após o início do ano letivo de 2011), apontam para mudanças, inclusive, na equipe escolar, que buscou integração e paciência no intuito de preparar-se para tolerar a desordem e a diferença, procurou desenvolver a capacidade de auto-regulação e de auto-avaliação, aprofundou o diálogo com a família, viu-se na obrigação de rever o planejamento e a prática do professor, teve que criar novos modelos de instrumentos didáticos que ajudassem a atingir os objetivos propostos, entendeu a necessidade de transformar as regras do jogo dentro da sala de aula de modo a abolir o clima de competição e estabelecer a cooperação pelo bem da escola, do bairro e da cidade.

Finalmente, de forma incipiente, ao menos neste momento, a organização da escola como um todo sentiu necessidade de mudança, adaptando programas e espaços e passando a admirar nas crianças, a intensidade do envolvimento, a responsabilidade nas pesquisas, discussões e deliberações, bem como o compromisso com o local onde vive.

## REFERÊNCIAS

- ARAÇATUBA. Secretaria Municipal de Educação. Projeto Político Pedagógico Institucional, 2009.
- PERRENOUD, P. A avaliação entre duas lógicas. In: Avaliação: Da excelência a regulação das aprendizagens – Entre duas lógicas. Trad. Patrícia Chilloni Ramos. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999. pp.09 – 23
- PERRENOUD, P. A avaliação no princípio da excelência e do êxito escolares. In: Avaliação: Da excelência a regulação das aprendizagens – Entre duas lógicas. Trad. Patrícia Chilloni Ramos. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999. pp. 25 – 40.
- PERRENOUD, P. Não mexa na minha avaliação! Uma abordagem sistêmica da mudança. In: Avaliação: Da excelência a regulação das aprendizagens – Entre duas lógicas. Trad. Patrícia Chilloni Ramos. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999. pp. 145 – 159.
- PISTRAK, Fundamentos da escola do trabalho, Editora Expressão Popular Ltda, São Paulo, 2008.
- TEDESCO. J. C. O novo pacto educativo: educação, competitividade e cidadania na sociedade moderno. São Paulo: Ática, 1998.